

G20



Edição Nº 1 - 12/09/2005
semanário de informação

Editor: Secretariado Executivo do G20
Plataforma Nacional da Sociedade Civil Moçambicana para Participação nos Observatório da Pobreza/Desenvolvimento

Actualidade

Urge indicar facilitadores nos GT ainda em falta

Na semana finda, o Secretariado Executivo do G20 reuniu o Grupo dos Conteúdos e facilitadores dos Grupos de Trabalho para analisar o ritmo dos debates temáticos e a recolha de contribuições para o PARPA II. No encontro ficou acordado que os Grupos de Trabalho que ainda não têm facilitadores, devem fazer a indicação dos mesmos com urgência e enviarem os nomes ao Secretariado Executivo, assim como, o calendário dos encontros para que este possa apoiar.

De sublinhar que este expediente é indispensável para o sucesso global de todo o trabalho em curso tendo em vista a IV Sessão do Observatório da Pobreza. Por outro lado, a reunião identificou a necessidade de se procurar formas e metodologias mais dinâmicas para impulsionar o trabalho bem como a necessidade de se vincar o espírito de voluntarismo e de entrega de todos os participantes em função dos objectivos propostos.

Sofala já tem Observatório da Pobreza

Foi constituído, fim de semana transacto, o Observatório Provincial da Pobreza, OPP, em Sofala, num acto que contou com a presença do respectivo Governador, vários actores da sociedade civil e parceiros de cooperação.

Compõem este observatório Provincial, um Conselho de Opinião

quinze membros da sociedade civil que escolheram o Fórum Provincial das ONGs, FOPROSA para coordenador.

Na sessão que lançou o Observatório Provincial de Sofala também foi apresentado o Relatório Provincial sobre a Pobreza. Nos próximos dias, espera-se que noutras províncias do país sejam formalizados os respectivos observatórios o que justifica um empenhamento comum na erradicação da pobreza absoluta ao nível nacional.

A terra deve continuar propriedade do Estado

-Recomenda o GT sobre agricultura

Em reunião realizada há duas semanas, o grupo de trabalho sobre agricultura e desenvolvimento rural, integrado no pilar, desenvolvimento económico, chegou ao consenso de que a terra deve continuar propriedade do Estado e inalienável, pois, só assim o camponês moçambicano pode efectivamente contribuir para a redução da pobreza.

Este grupo debruçou-se ainda sobre aspectos que podem melhorar as condições dos camponeses, a necessidade de se impulsionar a investigação agronómica de modo a se estabelecerem culturas alternativas para as zonas áridas e semi áridas, a necessidade de se criarem infra-estruturas de captação de água e a construção de estradas nas proximidades dos locais de produção de modo a facilitar o escoamento da produção agrícola.

Ciência e tecnologia

-Maior atenção para as tecnologias locais

O Grupo de trabalho sobre ciência e tecnologia entende que no âmbito do PARPA II a estratégia de combate à pobreza deve prestar maior atenção à utilização das tecnologias produzidas localmente, por estas serem menos dispendiosas, com a possibilidade de serem custeadas com a mobilização de recursos locais e por corresponderem a problemas específicos.

Pretende ainda o grupo, a introdução nos currículos do ensino médio e superior de programas virados para a produção e sistematização de conhecimentos direccionados ao desenvolvimento das tecnologias locais.

O grupo sugere a criação de capacidades nas academias para a produção de tecnologias com a montagem de centros de investigação e laboratórios científicos com enfoque em estudos locais.

Almejam os membros da sociedade civil que integram o Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia que a capacitação de recursos humanos e sua especialização concorra para a adopção e divulgação das novas tecnologias ao nível local, bem como a harmonização das tecnologias modernas com as tradicionais tornando-os instrumentos complementares de promoção do desenvolvimento económico e social.

Género e agricultura

-comentários do GT

O Grupo de Trabalho sobre o Género coordenado pelo Fórum Mulher, reuniu Sexta Feira última para tecer comentários sobre os debates que manteve com parceiros e doadores sobre a agricultura. Os participantes ao encontro constataram que na agricultura de subsistência é onde reside a dimensão do género e as razões da sua exclusão, porque, nas zonas onde se pratica a agricultura de subsistência há pouca fertilidade dos solos comparativamente aos locais onde de desenvolvem empreendimentos agrícolas de vulto.

A par disto há constrangimentos relacionados com a capacitação, investigação e comercialização, assim como a inexistência de crédito rural porque as instituições financeiras consideram aquela área de risco. Abordando a problemática da segurança alimentar, o grupo avança o entendimento de que esta implica que a produção de comida seja suficiente para as necessidades de nutrição e que o excedente possa ser comercializado, isto sugere que só é possível uma segurança alimentar com uma agricultura desenvolvida.

O grupo defende que quaisquer tipos de exclusão da mulher na agricultura é equivalente à exclusão das gerações futuras. Por outras palavras, uma maior equidade do género reflectir-se - à na erradicação da pobreza e num crescimento económico mais acelerado. Também, este grupo estabelece o entendimento de que a não integração do género na erradicação da pobreza coíbe significativamente o nível de sucesso sustentável a longo prazo que um país pode alcançar no alívio da pobreza de tal forma que é importante que o PARPA II proporcione uma análise mais completa da ligação entre o género e a pobreza para se c o m p r e e n d e r

o contexto específico do país. Nestes termos, o PARPAII deve incorporar integralmente uma estratégia abrangente de combate à pobreza em todas as suas vertentes, porque a igualdade do género está relacionada com todos os aspectos da vida dos homens e mulheres, as diferentes necessidades e oportunidades.

Aprofundar a estratégia do ensino à distância

O Grupo de trabalho sobre a educação debruçou-se semana finda sobre o ensino à distância analisando a estratégia do Governo sobre o sector para o PARPAII, tendo constatado que o documento não é profundo e preciso. Anotou que a colocação do projecto Telescola como ensino à distância não obedece a nenhum rigor uma vez que este tipo de ensino se enquadra no que se chama ensino in f o r m a l .

O Grupo de trabalho considera de extrema utilidade o ensino à distância nas condições do país, contudo o documento do Governo não apresenta elementos que permitam um comentário fundamentado de avaliação do ensino à distância ou de formulação de propostas para a sua efectiva implementação.

Para o Grupo, a estratégia do Governo não contempla como prioridade e em pormenor a necessidade da formação específica de professores para o ensino à d i s t â n c i a .

O Grupo considera que o ensino à distância pode dar um grande contribuição na transformação do cenário actual em que a procura do ensino secundário geral nas zonas rurais não é correspondida. Entende ainda que o sucesso do ensino à distância pode contribuir para combater as assimetrias que se reflectem no desenvolvimento desigual das infra estruturas da e d u c a ç ã o .

Outros questionamentos apresentados por este grupo de trabalho tem a ver com os seguintes aspectos: Qual a avaliação que foi feita do ensino à distância durante a vigência do PARPA I; qual o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Instituto Nacional do Ensino a Distância, principalmente nos programas de formação de professores; Quais os recursos existentes para o financiamento nacional e qual a estratégia de mobilização de fundos externos de modo a dotar o Ministério da Educação e Cultura com recursos humanos e de novas tecnologias necessárias para a implementação do ensino à distância .

O Grupo assinalou com agrado a criação do Departamento de Ensino à Distância no Ministério da Educação e Cultura com o papel de dar apoio estratégico e técnico a outras direcções do Ministério que usam o ensino à distância, em particular o Ensino Secundário Geral e o Ensino Técnico Profissional. (X)

Reuniões.Reuniões.Reuniões.Reuniões

13/9/05

...

O Ministério da Educação e cultura reúne com o Grupo de Trabalho sobre a educação da sociedade civil, membros das ONGs nacionais e estrangeiras, confissões religiosas, parceiros de cultura e do ensino superior e outros, a partir das 8.30 horas, no 18º andar do MEC, para recolher contribuições da sociedade civil sobre o documento relativo ao sector da educação e cultura elaborado pelo Governo no âmbito do P A R P A I I .

14/9/05

Pelas 9 h, no Fórum Mulher, reúne o Grupo de Trabalho sobre o Género.

...

Leia e divulgue este canal, esperamos a sua colaboração. Envie para, Telef:355313, fax:355333 email:g20@fdc.org.mz